

ELEMENTO TÉCNICO

Nº 10/2021 - IGESDF/UCAD/SUCAD/GGLOG/GEENG

Unidade: HOSPITAL DE BASE HOSPITAL e HOSPITAL REGIONAL DE SANTA MARIA

Solicitante: SERVIÇO DE ENDOSCOPIA RESPIRATÓRIA -HB /SERVIÇO DE ODONTOLOGIA E CIRURGIA BUCO-MAXILO-FACIAL - HRSM/SERVIÇO DE ANESTESIOLOGISTA E MEDICINA PERIOPERATÓRIA-HRSM

Interessado/Responsável: SEENR-HB/ SEOCB-HRSM/SEMP-HRSM /GEENG

E-mail:

Contato: (61) 3550-8900

1. DO OBJETO

1.1. O presente Elemento Técnico tem por objeto a **aquisição de Broncofibroscópio Portátil**, de acordo com as especificações acostadas no Anexo I, quantidade e demais condições constantes no presente Elemento Técnico, para atender às necessidades do Instituto de Gestão Estratégica em Saúde do Distrito Federal - IGESDF.

2. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

2.1. Considerando que o IGESDF tem como uma de suas principais missões o de auxiliar a SES na prestação de assistência oportuna, segura e resolutiva à população;

2.2. Considerando que o Serviço de Endoscopia Respiratória do Hospital de Base do DF - SEENR é o único da rede pública do DF, sendo referência na assistência em nível terciário e de alta complexidade aos pacientes adultos e pediátricos, portadores de patologia das vias aéreas, atendendo em regime de plantão 24 horas as Unidades de Tratamento Intensivo, centro neurocardiovascular e politrauma, centro cirúrgico, além de suporte e outras especialidades como anestesiologia (intubação em via área difícil) e cirurgia torácica (suporte em cirurgias de médio e grande porte).

2.3. Considerando a transmissão exponencial do vírus COVID-19 e com o aumento dos casos de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda, e consequentemente o aumento no número de casos que necessitam de ventilação mecânica por tempo prolongado, o risco de complicações associadas como hemoptise, estenose grave das vias aéreas ou suspeita de etiologia infecciosa alternativa ou secundária ou condição maligna com resultante obstrução endobrônquica significativa, que levam à insuficiência respiratória aguda, com elevado risco de morte, tornando imperativa a necessidade de suporte dos exames broncoscópicos.

2.4. Considerando a necessidade de disponibilidade de equipamento destinado para endoscopia do trato respiratório, o broncofibroscópio visa proporcionar segurança ao paciente que possui via aérea difícil, evitando as situações de risco de vida em que o paciente pode parar de respirar e os procedimentos padrões de intubação não serem eficazes para o retorno à ventilação pulmonar, situação esta que pode ocasionar sequelas e até mesmo o óbito do paciente.

2.5. O SEENR-HB não dispõe de equipamentos suficientes para o atendimento das demandas das áreas citadas, possuindo apenas 01 (um) broncoscópio adulto portátil.

2.6. O Hospital de Regional de Santa Maria ainda é referência no atendimento de pacientes acometidos pelo COVID-19 e a unidade hospitalar não dispõe de broncofibroscópios adultos e pediátricos portáteis.

2.7. O Hospital Regional de Santa Maria é um Hospital de grande porte com mais de 100 leitos de UTI e realiza mais de 5000 mil cirurgias por ano. Dentre os serviços ofertados, o HRSM é referência em cirurgias de Odontologia e Bucomaxilofacial, cujos pacientes, com frequência, possuem via aérea difícil, e que quando é prevista acarreta em suspensão do procedimento. Já os pacientes cuja via aérea é difícil e não prevista podem evoluir de maneira desfavorável, sendo necessário traqueostomia de emergência, que possui alto risco de mortalidade.

2.8. A aquisição de broncofibroscópios permite ofertar uma maior segurança aos pacientes e dar prosseguimento à longa fila de espera por cirurgia da Bucomaxilofacial.

2.9. Vale ressaltar que a pandemia provocada pela COVID-19 apresenta muitos casos de insuficiência respiratória com necessidade de intubação de emergência, desta forma a necessidade de aquisição do equipamento torna-se ainda mais imprescindível.

3. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO A SER ADQUIRIDO

3.1. Para o **Hospital de Base** foram solicitados 03 Broncofibroscópios adultos e 03 Broncofibroscópios pediátricos.

3.2. Para o **Hospital Regional de Santa Maria** foram solicitados 01 Broncofibroscópio adulto e 01 Broncofibroscópio pediátrico.

3.3. No entanto, deve ser considerado a orientação da Diretoria de Atenção à Saúde (61674294), que informa o seguinte quantitativo a ser adquirido:

- **04 unidades de Broncofibroscópio adulto;**
- **03 unidades de Broncofibroscópio pediátrico.**

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1. As especificações dos equipamentos e dos materiais utilizados são apresentadas no Anexo I.

5. AMOSTRAS E PROSPECTOS

5.1. Caso seja necessário, o IGESDF poderá solicitar demonstração do(s) produto(s) e/ou catálogos ao Fornecedor vencedor, a fim de verificar a adequabilidade e compatibilidade do(s) objeto(s) ofertado(s).

5.2. O IGESDF convocará o fornecedor para entregar os produtos ofertados para teste, devendo estar em embalagem original ou na qual o produto será entregue, desde que contenha as informações gerais do mesmo.

5.3. O prazo para apresentação dos produtos, quando necessário, será de até 7 (sete) dias corridos;

5.4. A apresentação de produtos divergentes das especificações contidas no elemento técnico e seus Anexos acarretará a desclassificação da empresa para aquele item.

5.5. Os produtos deverão ser entregues à Gerência de Compras do IGESDF no endereço SIA Trecho 17 rua 06 lote 115, Brasília/DF, 71200-216.

5.6. A convocação para a apresentação do produto poderá ser realizada por e-mail, mensagem, ligação telefônica ou publicação no site do IGESDF.

5.7. O(s) produto(s) poderá ser avaliado por comissão pré-estabelecida para aprovação do material.

5.8. Sendo o produto apresentado reprovado, o Fornecedor será automaticamente desclassificado.

5.9. Após a demonstração, o fornecedor será sinalizado para recolher o equipamento no mesmo local de entrega em até 3 (três) dias.

6. PROPOSTA COMERCIAL

6.1. As propostas serão classificadas com o critério de MENOR PREÇO por item, observadas as condições definidas no presente instrumento, devendo ser apresentada em planilha discriminada, que deverá conter, no mínimo:

a) nome do representante legal da empresa e dados;

b) detalhamento do objeto, conforme especificação do Anexo I;

c) as quantidades;

d) valores unitários e totais por unidade, em moeda nacional, em algarismo e por extenso;

e) prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias;

f) prazo para entrega do equipamento;

g) dados bancários da empresa, tais como número da conta corrente, agência e nome do Banco da mesma; CNPJ, telefone, endereço e e-mail;

h) marca e modelo do objeto;

i) garantia do objeto;

j) número do código do produto, forma de apresentação, nome comercial, fabricante, procedência e o número do registro da ANVISA;

6.2. Nos preços já deverão estar consideradas todas as despesas com tributos, fretes, transportes, seguros e demais despesas que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto deste Elemento Técnico.

7. GARANTIA TÉCNICA

7.1. Todos os equipamentos e materiais deverão apresentar certificado de garantia, por um período mínimo de **12 (doze) meses**, a contar do recebimento definitivo.

7.2. No decorrer do período de garantia, eventuais defeitos nos equipamentos fornecidos deverão ser prontamente corrigidos pela Contratada. Nesses casos, os produtos (materiais/equipamentos), componentes ou peças deverão ser substituídos por novos e originais, sem ônus para a Contratante no prazo de até 10 (dez) dias corridos após o recebimento dos equipamentos.

7.3. A contratada deverá garantir comercialização de peças e suporte técnico no Brasil para o(s) equipamento(s) pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos após o recebimento definitivo do equipamento, incluindo teste de desempenho.

7.4. Sempre que realizado suporte de garantia técnica, deverão ser apresentados relatórios com informações sobre os serviços executados, sobre anormalidades e falhas eventualmente observadas nos materiais e/ou equipamentos.

7.5. No decorrer da garantia, será de responsabilidade da Contratada o custeio com transporte e guarda dos produtos, quando retirados para conserto em oficina especializada.

7.6. A Contratada deverá realizar correção de fábrica nos materiais e equipamentos até o final da garantia, sem ônus à Contratante. A manutenção preventiva deverá ocorrer durante o período de garantia pela Contratada conforme recomendação do fabricante.

7.7. A manutenção deverá ocorrer no local onde estiverem instalados os equipamentos. Caso não seja possível, a remoção do equipamento se dará sem qualquer ônus para a Contratante, mediante substituição do equipamento por outro equivalente ou de melhor qualidade durante o período de conserto do equipamento substituído.

7.8. Durante a vigência da garantia do equipamento, a CONTRATADA deverá garantir Atendimento Técnico disponível em horário comercial.

8. HABILITAÇÕES DA EMPRESA

8.1. O Fornecedor deverá apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal, jurídica e técnica, conforme relacionados abaixo:

8.1.1. Referentes às Regularidades Fiscais e Trabalhistas:

a) CNPJ – Comprovante de inscrição e de situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

- b) União – Certidão Negativa de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) CNDT – Certidão Negativa de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, ou certidão positiva com efeitos de negativa;
- d) FGTS – Certidão Negativa de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mediante Certificado de Regularidade;
- e) Certidão Negativa de regularidade perante as Fazendas Municipal, Estadual ou Distrital da sede do fornecedor;
- f) CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria Geral da União;
- g) CNJ – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- h) TCU – Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União; e
- i) Certidão Negativa de Falência ou Concordata (art.192, Lei nº11.101/2005), Recuperação Judicial ou Extrajudicial e Execução patrimonial, expedidas pelo setor de distribuição da Justiça Comum, Justiça Federal e Justiça do Trabalho do domicílio ou domicílios da pessoa física ou jurídica.

8.1.2. Referentes à Habilitação Jurídica:

- a) Cópia da Cédula de identidade, quando se tratar de empresa Pessoa Física;
- b) No caso de empresa individual: registro empresarial na junta comercial;
- c) No caso de sociedades comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na junta comercial. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- d) Documento comprobatório autenticado de seus administradores reconhecido nacionalmente (CNH, carteira de identidade, registro profissional ou outro);
- e) No caso de sociedades por ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em exercício;
- f) No caso de sociedades civis: inscrição do Ato constitutivo e alterações subsequentes no Registro civil das Pessoas Jurídicas, prova de diretoria em exercício; acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; e
- h) Para todos os efeitos, considera-se como Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, o documento de constituição da empresa, acompanhado da (s) última (s) alteração (ões) referente (s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

8.1.2.1. Quanto à Representação:

- a) Se representante legal apresentar procuração por instrumento particular ou público, com poderes para praticar os atos pertinentes da Seleção de Fornecedores;
- b) Na hipótese de procuração por instrumento particular, deverá vir acompanhada do documento constitutivo do proponente ou de outro documento em que esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário; e
- c) O representante legal constante na procuração deverá apresentar documento comprobatório autenticado reconhecido nacionalmente (CNH, carteira de identidade, registro profissional ou outro), assim como do sócio outorgante.

8.1.3. Referentes à Habilitação Técnica:

- a) No caso do Fornecedor distribuidor, deverá apresentar carta de credenciamento emitida pela empresa fabricante, com firma reconhecida para todos os itens comercializados e cotados na proposta comercial.
- b) Registros dos produtos, notificação ou dispensa do registro, no Ministério da Saúde/ANVISA, devendo constar a validade (dia/mês/ano) ou Cópia autenticada do registro no Ministério da Saúde publicado no D.O.U., grifando o número relativo a cada produto cotado ou Cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional da Vigilância Sanitária.
- c) Alvará Sanitário ou Licença Sanitária / Licença de Funcionamento, expedidos pela Vigilância Sanitária Municipal, Estadual ou Distrital de acordo com a sede do fornecedor.
- d) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

8.2. A qualquer momento durante o processo ou no prazo de vigência do instrumento contratual, o IGESDF poderá solicitar, para fins de comprovação, as cópias autenticadas ou os originais da documentação exigida neste elemento técnico.

9. **CONDIÇÕES DE ENTREGA**

- 9.1. O prazo para entrega dos produtos será de **até 90 (noventa) dias corridos**, contados do recebimento pelo detentor da Ordem de Fornecimento, exceto quando, a critério do IGESDF, for estabelecido prazo superior.
- 9.2. Apresentar o produto novo com a embalagem lacrada, em perfeito estado, nas condições de temperatura exigidas no manual, sendo que todos os dados (catálogo) devem estar em português.
- 9.3. Apresentar os produtos em suas unidades de acondicionamento (embalagem individual).
- 9.4. O transporte dos produtos deverá obedecer a critérios de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade.
- 9.5. Deverão ser observadas pela CONTRATADA as condições de guarda e armazenamento dos produtos a fim de não haver a deterioração do material.
- 9.6. Os equipamentos deverão ser entregues juntamente com os manuais em língua portuguesa.
- 9.7. Os produtos deverão ser entregues no IGESDF nos endereços na tabela abaixo:

	UNIDADE	ENDEREÇO
1	Hospital de Base	SMHS – ÁREA ESPECIAL - QUADRA 101 - BLOCO A, Brasília – DF, CEP: 70.335-900
2	Hospital Regional de Santa Maria	AC 102, Blocos, Conj. A/B/C - Santa Maria, Brasília - DF, CEP: 72502-100

9.8. Durante a vigência do instrumento contratual, o local de entrega para fornecimento poderá sofrer modificações, a critério do IGESDF. Neste caso, o novo endereço para entrega constará na Ordem de Fornecimento.

9.9. O Fornecedor dirigirá-se ao local da entrega, munido da Nota Fiscal, cópia do instrumento contratual e da Ordem de Fornecimento.

9.10. Os produtos deverão ser entregues no interior do local designado e o descarregamento dos mesmos será de responsabilidade do Fornecedor.

9.11. Os certificados de calibração ou teste de performance dos equipamentos deverão ser entregues juntamente aos equipamentos, caso a calibração seja aplicável.

9.12. O fornecedor deverá indicar na(s) nota(s) fiscal (is), além de outras informações exigidas de acordo com a legislação específica:

- a) número da Ordem de Fornecimento;
- b) o nome do material (equipamento) e descrição nos termos do Anexo I;
- c) marca e o nome comercial;
- d) número do registro do produto na ANVISA.

9.13. Em caso de descumprimento, a empresa estará sujeita às penalidades previstas no Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF.

9.14. O(s) objeto(s) deverá(ão) ser entregue(s) dentro da mais perfeita integridade, sem avarias ou estragos, observando o seguinte:

9.14.1. A embalagem original deve estar em perfeito estado, sem sinais de violação, de acordo com legislação pertinente, e identificada com as informações: especificação, quantidade, data de fabricação, número de série, número do registro do produto na ANVISA/MS, quando for o caso;

9.14.2. A embalagem deve ser adequada à natureza do objeto, portanto, resistente ao peso, à forma e às condições de transporte. Além disso, as embalagens externas (secundárias) devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo);

9.14.3. O armazenamento e o transporte dos produtos deverão atender às especificações técnicas do produto (temperatura, calor, umidade, luz) e o(s) número(s) do(s) lote(s) fornecido(s).

10. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. A avaliação das propostas se dará pelo critério de menor preço por item, desde que atendidos os requisitos deste Elemento Técnico e a qualidade dos produtos especificados.

11. TREINAMENTO

11.1. Deverá ser aplicado treinamento de manuseio para todas equipes das instituições que utilizarão o(s) equipamento(s);

11.2. Será solicitada ao menos 02 (duas) etapas de treinamento de, no mínimo, 02 (dois) dias cada uma para cada unidade hospitalar, em seguida à entrega do(s) equipamento(s). O treinamento deverá ser aplicado no local.

11.3. A primeira etapa deverá ser aplicada em até 10 (dez) dias após entrega do equipamento à Contratante.

11.4. A segunda etapa poderá ser solicitada em até 3 (três) meses após entrega do equipamento à Contratante.

12. VIGÊNCIA

12.1. O instrumento contratual decorrente do presente Elemento Técnico terá vigência a partir da data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto.

12.2. A referida vigência não exonera o fornecedor do cumprimento da garantia mínima do(s) produto(s) ou equipamento(s), contados a partir da data do termo de recebimento definitivo do objeto.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo IGESDF, de acordo com a especificação do Elemento Técnico, em conformidade com a proposta apresentada, ficando a seu cargo todos os ônus e encargos decorrentes do fornecimento, bem como se responsabilizando por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida.

13.2. Ao emitir a nota fiscal, o Fornecedor deverá seguir fielmente a descrição do produto, conforme descrição do Anexo I.

13.3. Observar os prazos de entrega previamente estabelecidos.

13.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

13.5. A falta de estoque do objeto cujo fornecimento compete à empresa contratada, não poderá ser alegada com motivo de força maior para o atraso do fornecimento relativo a este Elemento Técnico e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

13.6. Ser responsável por todos os impostos, taxas, encargos fiscais e comerciais que forem devidos em decorrência da execução do objeto deste Elemento Técnico.

13.7. Acusar o recebimento da Ordem de Fornecimento encaminhada por meio do endereço eletrônico correspondente ao seu envio.

13.8. Manter atualizados os dados cadastrais, comunicando IGESDF toda e qualquer alteração.

13.9. Fornecer o(s) produto(s), rigorosamente, de acordo com as especificações constantes no Anexo I, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca.

- 13.10. Garantir a boa qualidade do(s) produto(s) fornecido(s), respondendo por qualquer deterioração, substituindo sempre que for o caso.
- 13.11. Substituir, após solicitação do Fiscal, ou propor a substituição da(s) marca(s) do(s) produto(s) registrado(s), desde que haja autorização do IGESDF, mantendo no mínimo o(s) padrão(ões) fixado(s) neste Elemento Técnico, sempre que for comprovado que a qualidade da(s) marca(s) atual(is) não atende(m) mais às especificações exigidas ou se encontra(m) fora da legislação aplicável.
- 13.12. Substituir, reparar e corrigir, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, após o recebimento, o objeto com avarias ou defeitos, sem qualquer ônus para o IGESDF.
- 13.13. Responder, integralmente, pelos danos causados ao IGESDF ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do IGESDF e dos participantes.
- 13.14. O objeto deve estar acompanhado de relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 13.15. Deverá garantir a prestação de serviços no Distrito Federal, seja por meio de representante ou diretamente com fabricante.
- 13.16. Todo o equipamento, bem como sua instalação, deverá estar de acordo com as leis e normas vigentes e pertinentes.
- 13.17. Deverá disponibilizar todos os equipamentos com data de fabricação e garantia, e serão avaliados pelos responsáveis técnicos da Unidade Solicitante.
- 13.18. Fornecer apenas produtos com Registro na ANVISA ou apresentar dispensa de registro.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1. Indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o produto.
- 14.2. Autorizar o pessoal da Contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas às normas de segurança do IGESDF.
- 14.3. Rejeitar no todo ou em parte, o produto entregue em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.
- 14.4. Efetuar o pagamento à Contratada nas condições estabelecidas deste Elemento Técnico.
- 14.5. Garantir o contraditório e ampla defesa.
- 14.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 14.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do instrumento contratual, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva execução do objeto.
- 14.8. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução da entrega deste Elemento Técnico, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

15. FISCALIZAÇÃO E ATESTO DE NOTAS FISCAIS

- 15.1. A Gestão e fiscalização da prestação dos serviços será exercida pela área técnica responsável, qual seja, Engenharia Clínica, conjuntamente com as unidades assistenciais responsáveis pelo recebimento dos equipamentos.
- 15.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução da contratação consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços.
- 15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Elemento Técnico.
- 15.4. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação das penalidades, previstas neste Elemento Técnico.
- 15.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

16. PAGAMENTO

16.1. Para efeito de pagamento, a **CONTRATADA** deverá observar as condições previstas neste Elemento Técnico, além de apresentar os documentos abaixo relacionados:

- a) CNPJ – Comprovante de inscrição e de situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- b) União – Certidão Negativa de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) CNDT – Certidão Negativa de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, ou certidão positiva com efeitos de negativa;
- d) FGTS – Certidão Negativa de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mediante Certificado de Regularidade;
- e) Certidão Negativa de regularidade perante as Fazendas Municipal, Estadual ou Distrital da sede do fornecedor.
- f) CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria Geral da União;
- g) CNJ – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- h) TCU – Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União;
- i) Certidão Negativa de Falência ou Concordata (art.192, Lei nº 11.101/2005), Recuperação Judicial ou Extrajudicial e Execução patrimonial, expedidas pelo setor de distribuição da Justiça Comum, Justiça Federal e Justiça do Trabalho do domicílio ou domicílios da pessoa física ou jurídica.

16.2. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, por meio de depósito bancário em conta corrente, contados do recebimento da Nota Fiscal com de acordo e assinatura, sobre os serviços prestados, atesto e encaminhamento da Nota Fiscal para fins de pagamento ao setor financeiro.

16.3. Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação de nota fiscal, conforme segue:

- a) Nota Fiscal individual por unidade;
- b) A **CONTRATADA** deverá emitir uma nota fiscal específica para cada pedido e respectiva entrega efetuada, na forma abaixo:

NOME: INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - IGESDF.

CNPJ: 28.481.233/0001-72

ENDEREÇO: SMHS – ÁREA ESPECIAL QUADRA 101 - BLOCO A CEP: 70.335-900

BRASÍLIA/DF

c) Na nota fiscal ou fatura deverá constar obrigatoriamente o nome do Banco, agência e conta corrente da EMPRESA, para realização do pagamento obrigatoriamente por crédito em conta corrente.

d) Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar os serviços prestados e o número do contrato referente a essa prestação de serviços.

e) Caso a nota fiscal seja emitida com incorreções ou em desacordo com a legislação vigente, será devolvida e o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da reapresentação da mesma.

f) Caso algum item constante na nota fiscal seja impugnado, o **IGESDF** liberará a parte não sujeita a contestação, retendo o restante do pagamento até que seja sanado o problema.

16.4. Em razão do pagamento ser realizado mediante depósito/transferência bancária, a **CONTRATADA** não deverá fazer a emissão de boleto bancário, sob pena de haver cobrança indevida.

16.5. Deverá conter o número do instrumento contratual de referência.

16.6. Havendo necessidade de providências complementares a serem realizadas por parte da **CONTRATADA**, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas e não será devida atualização financeira.

16.7. O pagamento ocorrerá conforme demanda, assim a emissão de nota fiscal está condicionada à prestação de serviços.

17. PENALIDADES

17.1. Em caso de inexecução total, parcial ou qualquer outra inadimplência, sem motivo de força maior, a Contratada estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no que couber garantida e prévia defesa, às penalidades previstas na legislação aplicável, para as seguintes hipóteses:

I - Por atraso injustificado

a) 0,1% (um décimo por cento) ao dia, sobre o valor total da aquisição, até o limite de 30 (trinta) dias.

b) 10% (dez por cento), cumulativamente, sobre o valor total da aquisição, após 30 (trinta) dias da emissão da Ordem de Fornecimento. Podendo ainda o IGESDF, a seu critério, impedir o fornecedor de participar de novas cotações com este Instituto.

I - Por inexecução parcial ou total do contrato:

a) Advertência;

b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento;

c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, por um prazo de até 2 (dois) anos.

17.2. A multa eventualmente imposta à **CONTRATADA** será automaticamente descontada da fatura a que fizer *jus*. Caso a **CONTRATADA** não tenha nenhum valor a receber do IGESDF, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua notificação para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, proceder-se-á a cobrança judicial da mesma.

17.3. O pagamento da multa que trata o item anterior deverá ser depositado em banco indicado e em nome do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal, no prazo estabelecido.

17.4. As multas previstas não eximem a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao **CONTRATANTE**.

17.5. As sanções decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.6. A aplicação de penalidade deverá ser precedida do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis à empresa para defesa, contados da data do recebimento da notificação.

17.7. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime o fornecedor da plena execução do objeto.

17.8. O atraso injustificado para execução dos serviços superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo em razões de interesse público, devidamente explicitados no ato da autoridade competente do **CONTRATANTE**.

17.9. As multas aplicadas serão consideradas dívida líquida e certa, ficando o **CONTRATANTE** autorizado a descontá-las dos pagamentos devidos à **CONTRATADA** ou cobrá-las judicialmente, servindo, para tanto, o presente instrumento, como título executivo extrajudicial.

17.10. A aplicação das multas previstas nesta cláusula não exime a **CONTRATADA** de responder perante o **CONTRATANTE** por perdas e danos, conforme legislação em vigor.

18. LOCAL E DATA

Brasília/DF, 26 de maio de 2021.

Identificação do Responsável pela elaboração do Elemento Técnico:

GERÊNCIA DE ENGENHARIA CLÍNICA

Unidade de Apoio

Identificação da área Responsável pela área técnica:

GERÊNCIA GERAL DE LOGÍSTICA DE SERVIÇOS

Unidade de Apoio

Anexo I

Item	Código SIGEM	Código EC	Equipamento	Descrição	Quantidade
1	10138	1400	Broncofibroscópio adulto portátil	<p>Endoscopia do trato respiratório (Broncofibroscópio) adulto portátil, com as seguintes características: Campo de visão mínimo de 100° (graus); Campo de observação na faixa mínima de 5 a 50 mm; Extremidade distal com diâmetro entre 4,7mm e 6,3mm; Canal da biópsia com diâmetro de no mínimo 2,0 mm; Angulação mínima de 180° (graus) para cima e 100° (graus) para baixo; Comprimento de trabalho mínimo de 520 mm; Fonte de luz Xenon ou LED com potência mínima 50 mil lux e autonomia mínima de 120 (cento e vinte) minutos; Possibilidade de ajuste da intensidade luminosa. Acessórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 (um) Cabo de fibra ótica ou acessório necessário para transmissão de luz • 01 (uma) pinça para biópsia • 01 (um) conjunto e/ou válvula de vedação • 01 (uma) escova de limpeza • 01 (uma) maleta para transporte e acondicionamento • 01 (um) conjunto de baterias/pilhas recarregáveis para fonte de luz, caso necessário • 01 (um) Carregador para bateria/pilhas. • Deve acompanhar ainda todos os conectores, adaptadores, tampas, válvulas, bocais e demais acessórios necessários ao perfeito funcionamento do conjunto ofertado. <p>Entregar manual do operador e técnico; Prover assistência técnica autorizada no Distrito Federal; Carregador de bateria e/ou fonte de alimentação deverá ter Tensão de Entrada 220V – 60 Hz, ou bivolt automático. Padrão ABNT NBR 14136 . Registro do equipamento emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA/ Ministério da Saúde ou comprovação de que o mesmo é isento de registro/cadastro, quando for o caso. Conformidade com as normas vigentes no País.</p>	04
2	-	1400	Broncofibroscópio pediátrico portátil	<p>Endoscopia do trato respiratório (Broncofibroscópio) pediátrico portátil, com as seguintes características: Campo de visão de 100° (graus) Campo de observação na faixa mínima de 5 a 50 mm; Extremidade distal com diâmetro entre 2,7mm e 4,0mm; Canal da biópsia com diâmetro entre 1,1mm e 2,3mm; Angulação mínima de 170° (graus) para cima e 100° (graus) para baixo; Comprimento de trabalho mínimo de 520 mm; Fonte de luz Xenon ou LED com potência mínima 50 mil lux e autonomia mínima de 120 (cento e vinte) minutos; Possibilidade de ajuste da intensidade luminosa. Acessórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 (uma) pinça para biópsia • 01 (um) Cabo de fibra ótica ou acessório necessário para transmissão de luz • 01 (um) conjunto e/ou válvula de vedação • 01 (uma) escova de limpeza • 01 (uma) maleta para transporte e acondicionamento • 01 (um) conjunto de baterias/pilhas recarregáveis para fonte de luz, caso necessário • 01 (um) Carregador para bateria/pilhas. • Deve acompanhar ainda todos os conectores, adaptadores, tampas, válvulas, bocais e demais itens necessários ao perfeito funcionamento do conjunto ofertado. <p>Entregar manual do operador e técnico; Prover assistência técnica autorizada no Distrito Federal; Carregador de bateria e/ou fonte de alimentação deverá ter Tensão de Entrada 220V – 60 Hz, ou bivolt automático. Padrão ABNT NBR 14136 . Registro do equipamento emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA/ Ministério da Saúde ou comprovação de que o mesmo é isento de registro/cadastro, quando for o caso. Conformidade com as normas vigentes no País.</p>	03
<p>Para os item 1 e 2, a empresa CONTRATADA deverá disponibilizar pelo menos 01 (um) conjunto para teste de vazamento para cada unidade Hospitalar (Hospital Regional de Santa Maria e Hospital de Base).</p>					



Engenheiro(a) Clínico(a), em 27/05/2021, às 10:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LIVIA ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0000014-9, Gerente de Engenharia Clínica**, em 27/05/2021, às 10:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **GLÁUCIO GERONASSO-Matr.:0000983-5, Gerente Geral de Logística de Serviços**, em 27/05/2021, às 11:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **62710271** código CRC= **8E634EF8**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SMHS - Área Especial - Quadra 101 - Brasília - DF - Bairro asa sul - CEP 70335900 - DF
35508900